

Comité de Política Monetária

- Comunicado n.º 7/2020

O Comité de Política Monetária (CPM), reunido, ordinariamente, no passado dia 15 de dezembro, decidiu propor ao Conselho de Administração a manutenção das taxas de juro nos níveis atuais, a extensão do prazo do programa de financiamento do sistema bancário através das Operações Monetárias de Financiamento de longo prazo (OMF), cuja taxa de juro se mantém em 0,75 por cento, para 31 de dezembro de 2021 e o alargamento do leque de garantias elegíveis para acesso a OMF. Além dos títulos do Tesouro, os bancos podem passar a apresentar como garantias os créditos com aval do Estado.

Para a recomendação feita, o CPM levou em consideração os desenvolvimentos recentes e as perspetivas para o cenário macrofinanceiro interno e internacional, bem como a avaliação dos efeitos das medidas monetárias e prudenciais tomadas em abril.

Com efeito, o CPM constatou que:

1. os indicadores de tendência da atividade económica disponíveis indiciam alguma recuperação da procura interna no terceiro trimestre, face à queda extraordinária registada no segundo trimestre do ano, em resultado da implementação de medidas de restrição a atividades não essenciais para conter a propagação da covid-19. Não obstante, as expectativas dos operadores económicos e dos consumidores sugerem que a conjuntura macroeconómica permanece desfavorável
2. as pressões inflacionistas continuaram contidas e a taxa de variação dos últimos doze meses manteve-se nos 0,9 por cento em outubro pelo terceiro mês consecutivo. A taxa de inflação homóloga conquanto reduziu de 0,8 por cento em setembro para 0,3 por cento, reflexo, sobretudo, da tendência contracionista da procura interna, num contexto de redução da inflação importada;
3. as pressões na balança de pagamentos, entretanto, continuaram a aumentar. O défice da balança corrente fixou-se nos 8.631 milhões de escudos no terceiro trimestre, o que representa um aumento de dois por cento face ao défice registado no segundo trimestre. Traduzindo em particular a deterioração da balança de bens e serviços, o *stock* das reservas internacionais líquidas do país diminuiu cerca de 18 milhões de euros no trimestre depois de ter registado uma queda de 16 milhões no segundo trimestre.



Banco de Cabo Verde

Não obstante, as reservas oficiais do país continuaram a garantir, a 30 de setembro de 2020, cerca de oito meses de importações de bens e serviços projetados para o final do ano;

4. os indicadores de solidez do sistema bancário mantiveram-se relativamente estáveis. O rácio solvabilidade aumentou de 17,7 por cento em dezembro de 2019 para 18,6 por cento em setembro de 2020 e o crédito em incumprimento fixou-se nos 10,5 por cento do crédito total em finais do terceiro trimestre, o que compara ao registo de 10,4 por cento de dezembro do ano passado;
5. através da OMF, o Banco de Cabo Verde cedeu fundos aos bancos comerciais no montante total de 4.106 milhões de escudos, até 31 de outubro. Por seu turno, as moratórias de pagamento do crédito beneficiavam, àquela data, 2.228 entidades e 2.781 contratos de empresas de diversos ramos de atividade e dimensões, particulares e câmaras municipais. Os pagamentos de serviço da dívida suspensos ascendiam, em finais de outubro, a 3,6 por cento do stock de crédito a particulares, empresas e câmaras municipais.

Numa avaliação prospetiva, o CPM admitiu que a contração da atividade económica em 2020 poderá ser mais próxima das perspetivas mais adversas, ou seja, 10,9 por cento, devido a não retoma de voos pelos operadores turísticos em dezembro, contrariamente às expetativas.

A autoridade monetária do país continuará a monitorizar apertadamente a conjuntura macroeconómica e os impactos das medidas monetárias e prudenciais, de modo a identificar e mitigar, oportunamente, os riscos à estabilidade macroeconómica e financeira do país.

João Serra

Governador e Presidente do CPM



Banco de Cabo Verde